

# A INGLATERRA NOS ÚLTIMOS DECÊNIO DO SÉCULO XIX.

Capítulo IV de “A Europa de 1871 a 1919”.  
Escrito por Evgueni V. Tarlé.

## 1. A CONQUISTA DO EGITO. ANIMOSIDADE PARA COM A FRANÇA. FASHODA.

A completa derrota da França de Napoleão III, em 1870-1871, e a formação do Império alemão, que se dá precisamente na mesma época, pareciam configurar sucessos vantajosos para a Grã-Bretanha. Com efeito, os círculos governantes ingleses simpatizavam então abertamente com a Alemanha. A França era uma potência colonial e marítima que, em determinadas circunstâncias, poder-se-ia revelar um perigo para o domínio inglês no Oriente, tal como para a influência inglesa na Europa. Já a Alemanha não possuía nem colônias nem frota, e os seus interesses jamais tinham entrado em choque com os da Inglaterra. Ao invés, as relações desta com a França imperial, a partir dos últimos anos da década de setenta, eram particularmente frias. A abertura pelos franceses do canal no Istmo de Suez constituía uma grave inquietação para a Inglaterra. Tudo isto levou a que a derrota da França fosse recebida em Londres com muito agrado; inclusive, chegaram-se mesmo a ouvir algumas manifestações de alegria maligna. No entanto, logo a partir de 1875, a Inglaterra recusou-se a aceitar uma nova humilhação da França urdida por Bismarck; é que, mesmo sem isso, o equilíbrio europeu já fora desfeito, e em grau considerável, a favor da Alemanha.

A partir de 1881, ou seja, da conquista de Túnis, abriu-se uma era de expedições coloniais francesas. Em 1862 começara a conquista da Indochina, e a 9 de Junho de 1885 o Annam e o Tonkin, bem como os seus direitos sob os territórios vizinhos do Laos e do Camboja, foram definitivamente cedidos pela China à República Francesa. E quando, no decorrer da nona década e da primeira metade da décima década do século XIX, os franceses acrescentaram às suas possessões as colônias da África Central e se apoderaram, por fim (em 1895), da ilha de Madagáscar, a animosidade contra a França começou a crescer de forma notória em Inglaterra. O choque decisivo – como já foi dito – deu-se a propósito de Fashoda, tendo os ingleses, mediante uma direta ameaça de guerra, obrigado o governo francês a renunciar aos seus propósitos de penetração no vale do Nilo. Nesse mesmo ano do incidente de Fashoda, e em ligação imediata com o mesmo, os ingleses resolveram, de forma definitiva, o problema do Egito.

Desde o preciso momento em que Lesseps acabara a escavação do canal de Suez, a Inglaterra nunca mais cessou de tentar apoderar-se do Egito e da nova rota recém aberta à navegação, tendo em conta que esta era a via direta para a Índia. Em 1875 a Inglaterra açambarcou quase todas as acções do canal de Suez que se encontravam então na posse do governo em bancarrota do quédive egípcio Ismail Pacha. Por algum tempo, a França e a Inglaterra dispuseram de iguais direitos de controlo sobre as finanças do Egito. Mas em 1882 toda a situação se alterou bruscamente. Uma sublevação nacional estalara contra os europeus e, em resposta, a Inglaterra desencadeou a guerra aberta contra o Egito. A França, ao invés, recusou-se a tomar parte ativa no conflito. Os ingleses bombardearam Alexandria e ocuparam O Cairo, para dali não mais se retirar. O novo quédive foi mantido no papel de fictício dono e senhor do país, mas, de fato, os amos do Egito eram os ingleses. Porém, nesse mesmo ano (1882), desencadeia-se uma nova e poderosa sublevação, encabeçada pelo sudanês Muhammad Ahmed, que assumira o título de Mahdi, isto é, de profeta e sucessor de Maomé. Os egípcios, com o apoio dos oficiais ingleses, enviam contra ele, uns após outros, pequenos e médios destacamentos mal adestrados, e sofrem derrotas consecutivas. A cidade de Kartum, onde se entrincheirara o general Gordon, foi completamente cercada pelos madistas. Lord Wolseley, que vinha a marchas forçadas em socorro dos assediados, não conseguiu chegar a tempo. Kartum foi tomada de assalto e a guarnição, general Gordon incluído, é passada pelas armas. Isto teve lugar em Janeiro de 1885. O Sudão foi libertado e os mahdistas ameaçavam expulsar os ingleses também do Egito.

De fato, os ditos perigos que pairavam sobre os britânicos não passaram disso mesmo, de meras ameaças; mas tampouco os ingleses se decidiram a acabar dum só golpe com o fanatizado exército madista. Bem pelo contrário, avançando lentamente para sul, ano após ano, e fortificando-se nas posições que iam sucessivamente ocupando, os ingleses acercaram-se de Kartum pelos finais do Verão de 1898. Sir Kitchener (que logo seria elevado à categoria de lorde), no dia 2 de Setembro de 1898, venceu o exército dos dervixes (como também se chamou aos madistas), ocupando de seguida Kartum. A partir desta época, o Sudão, tal como já acontecia com o Egito, passou a ser de fato uma possessão inglesa.

Esta prolongada luta pelo Egito foi coroada, nesse mesmo ano de 1898, logo após a vitória militar sobre os madistas, com o triunfo diplomático sobre os franceses no “incidente de Fashoda”. Porém, também devido a isso, as relações com a França foram deitadas a perder, e aquando da guerra contra os boers, iniciada em 1899 e que se prolongou por três anos, a situação diplomática da Inglaterra estava de tal modo enfraquecida que o governo britânico se resolveu a dar um passo muito ousado e extremamente significativo: o de propor uma aliança ao Império Alemão.

## 2. AS RELAÇÕES COM A ALEMANHA. O INÍCIO DO ANTAGONISMO.

Tal passo era completamente inesperado. Aqui temos de voltar o nosso olhar para a natureza das relações anglo-germanas à medida que estas foram evoluindo nos últimos anos do século XIX. Elas não assumiram de chofre, de forma nenhuma, esse ameaçador carácter que haveria de influir dum modo tão fatal sobre a história europeia do século XX e que acabou por ser uma das causas principais da catástrofe desencadeada em 1914. Todavia, já desde os finais da nona década do século XIX, os cônsules e comerciantes ingleses, bem como numerosos particulares, não paravam de enviar, mesmo dos mais recônditos lugares da Terra, relatórios e informações privadas sobre a concorrência, sempre em crescendo, nos mais diversos ramos do comércio e da indústria, das importações de produtos com origem alemã. Essa concorrência fazia-se sentir não apenas em territórios alheios – na Rússia, América do Sul, China, Japão, península balcânica, Itália e Ásia Menor – mas até em algumas zonas coloniais do Império Britânico e, inclusive, na própria capital, Londres. Por regra, todas essas denúncias davam conta de quatro fatos essenciais: 1) as mercadorias alemãs, no que respeita à qualidade dos materiais, eram dum modo geral inferiores à produção inglesa; 2) mas as mercadorias alemãs eram consideravelmente mais baratas que as inglesas; 3) os alemães concediam aos grossistas frequentemente créditos mais liberais e com prazos de pagamento muito mais longos; 4) as vendas alemãs efetuavam-se de forma incomparavelmente melhor que as inglesas, e isso graças ao seu enorme exército de vendedores itinerantes, que estudavam as necessidades de cada mercado, sabendo chegar aos mais remotos rincões e penetrar nas mais densas matas, contribuindo assim, ano após ano, para que a produção alemã se adaptasse, em grau crescente, às necessidades e particularidades dos consumidores.

Esta disputa económica surgira no decurso dos anos oitenta e, na última década do século, já assumia tais proporções que nos círculos comerciais e industriais da Grã-Bretanha começaram a correr os rumores de que o bem-estar inglês se encontrava em perigo. De início eram vozes isoladas, mas o seu número ia crescendo mais e mais. Há a recordar que, desde os meados do século XIX, os ingleses estavam habituados a ter a seu favor uma situação de quase monopólio, quer nos mercados de venda quer nos de matérias-primas, na maioria dos países não europeus em que as mercadorias da Europa dum modo geral tinham entrada. Os enormes lucros dos industriais não só permitiam intensificar, ano após ano, a produção, como criavam ainda condições propícias para que as “*trade unions*” levassem a cabo com êxito a luta pelo aumento do valor das jornas. Vastos sectores da classe operária inglesa, influenciados por um crescente bem-estar material, foram-se progressivamente afastando das tradições do cartismo; e aconteceu até que as extensões do sufrágio, tanto a de 1867 como a de 1884, que deram praticamente todos os direitos eleitorais à classe operária, foram alcançadas sem qualquer tipo de luta revolucionária. Na Inglaterra, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, o economismo tornou-se a tendência dominante entre a maioria da classe operária.

Assim se configuraria a situação enquanto as empresas industriais inglesas pudessem prosperar. Mas era no entanto claro que tal estado de coisas havia de inevitavelmente mudar, e que o apoliticismo da classe operária bem depressa se sumiria mal o desemprego fizesse a sua aparição e o valor das jornas deixasse de poder acompanhar o encarecimento do custo de vida. Para as classes inglesas dominantes política e economicamente, o perigo que provinha da intensificação da concorrência alemã no mercado mundial constituía, assim, uma ameaça tanto económica como, simultaneamente, de política interna. Contudo, ao mesmo tempo, pelos finais da nona década e no transcurso de todo o último decénio do século XIX, a situação nas relações internacionais era tal que, quer para o gabinete conservador de Salisbury (1886-1892), quer para o liberal, primeiro, de Gladstone e, depois, de Rosebery (1892-1895), quer ainda para o novo governo de Salisbury que se lhe seguiu, tornava-se-lhes absolutamente inconveniente estar de más relações com a Alemanha.

## 3. OS ASSUNTOS IRLANDESES. AS RELAÇÕES COM A RÚSSIA. A GUERRA CONTRA OS BOERS.

No decurso dos anos oitenta e nos começos da última década do século XIX, a atenção dos governantes ingleses concentrava-se em três graves e preocupantes questões: o movimento revolucionário na Irlanda, a política hostil da Rússia e as tensas relações com a França.

No respeitante à Irlanda, já pelos finais da oitava década se iniciara uma nova fase de agudização do problema agrário, questão que durante séculos (em particular, a partir do século XVII) constituiu toda a essência da história irlandesa.

Os caseiros (*tenant farmers*) – esbulhados da propriedade das terras, oprimidos pelas elevadas rendas e pela rapacidade dos intermediários (*middlemen*), que tomavam dos latifundiários absentistas (*landlords*) enormes extensões de terra para as subarrendarem com considerável ganho aos pequenos agricultores – recorreram por vezes à rebelião aberta, outras vezes ao terror político e, na maioria dos casos, ao terror agrário, de guerrilhas. Era este então o clima reinante. Das fileiras da burguesia urbana irlandesa, apesar desta ser pouco numerosa e de não possuir, como classe, grande influência política, saíram vários lutadores nacionalistas e revolucionários, tendo parte deles, por um lado, apoiado o terror

agrário, enquanto que, por outro lado, todos eles promoviam a primeiro plano a questão da emancipação política da Irlanda do jugo dos ingleses. Assim, a luta processava-se não apenas numa forma revolucionária mas também por via parlamentar; contudo, dum modo geral, os líderes parlamentares do partido irlandês não aprovavam os métodos revolucionários de ação dos seus compatriotas, cuja tática consideravam errada.

Como inimigo das ações revolucionárias distinguiu-se o célebre Daniel O'Connell, dirigente parlamentar dos irlandeses a cujo nome se encontra vinculada a lei de 1829, que revogou as derradeiras normas de discriminação dos direitos políticos dos católicos, assim como a longa luta política, no decurso da quarta e quinta década do século XIX, pela autonomia irlandesa, que no entanto não pôde ser alcançada. Já a partir do final da oitava década e até ao início da décima destacar-se-ia, como líder do grupo parlamentar irlandês, Charles Parnell, um militante político talentoso e respeitado, brilhante orador e organizador. Parnell assumiu, de modo resolutivo, uma posição de apoio e amizade para com o movimento revolucionário que, naquela época, se estava a desenvolver na Irlanda. E quando toda essa luta, tanto a legal como a ilegal, conseguiu provocar uma enorme agitação na Inglaterra, Gladstone, o chefe do governo liberal inglês, quis conceder à Irlanda uma certa autonomia mas fracassou nos seus intentos, sendo derrotado em 1886 pelos conservadores, que prosseguiram uma luta tenaz contra os movimentos irlandeses. Quando Parnell faleceu em 1891, precisamente quando combatia os que procuravam varrê-lo da cena política, é verdade que com ele desapareceu, do parlamento, a mais importante figura que o partido irlandês até essa data tivera, mas nem por isso diminuíram a agitação e o ânimo emancipador na sua pátria.

Mesmo que os assuntos irlandeses lhe absorvessem quase toda a atenção, o governo inglês não podia deixar de atender, simultaneamente, às dificuldades na política exterior.

A partir dos anos sessenta do século XIX o avanço russo na Ásia Central fora constante. O Turquestão, Khiva, Bukhara, Merv, a região de Fergana, eram, todos eles, territórios que tinham sido anexados ao Império Russo ou que estavam na sua completa dependência; e, em 1895, as tropas russas pressionavam no nordeste os afgãos, já muito próximo da fronteira com a Índia. Em 1884 as tropas do czar haviam tomado Merv e, pouco tempo depois, o governo inglês protestou veementemente, exigindo uma delimitação clara entre as possessões afgãs e russas. Contudo a demarcação definitiva da fronteira só viria a ter lugar em 1896, após longas e difíceis negociações.

Apesar do acordo na Ásia Central, o império russo e o britânico não chegaram a estabelecer relações realmente pacíficas: precisamente nessa mesma época, a da primeira metade da última década do século, a Rússia levava a cabo, de forma muito vigorosa, uma ambiciosa política expansionista no Extremo Oriente. A Rússia ocupava Porto Artur e uma parte da Manchúria chinesa, colocando uma clara ameaça à influência inglesa na China. Esse perigo russo ergueu-se diante dos olhos dos governantes ingleses até à guerra russo-japonesa ou, para ser mais exato, à paz de Portsmouth de 1905.

Mas nem só a Irlanda e a ameaça russa atraíam a atenção da Inglaterra: desde os tempos de Napoleão I, nunca as relações com a França haviam sido tão tensas como durante os últimos anos do século XIX. Já vimos que as linhas de avanço da França e Inglaterra ao longo do continente africano se tinham cruzado, por fim, em 1898, na aldeia de Fashoda, na região do Nilo Superior, e vimos também que, embora se tivesse então evitado a guerra entre os dois países, as suas relações pareciam estar definitivamente deterioradas. No mais lido, à época, dos jornais franceses, o *Le Matin*, surgiram artigos dirigidos contra nem mais nem menos que a rainha Vitória (por exemplo, um que se intitulava "A rainha a enforçar"; "La Reine à pendre"); nas avenidas exibiam-se as caricaturas da soberana inglesa e dos membros do seu governo, e elas eram de tal jaez que o embaixador inglês, como forma de protesto, abandonou Paris durante algum tempo. Por último, em 1899, a guerra que estalou contra os boers permitiu dar mais algum desafogo a todo esse exaspero gaulês e, no período de 1899-1901, foram surgindo, de tempos a tempos, planos de intervenção diplomática francesa a favor dos boers. Mas antes de passar a este tema (e à grande reviravolta subsequente que se operou na política britânica), temos de nos ocupar por um pouco dos primeiros anos do conflito anglo-boer.

Acontece que foram precisamente esses os anos que estiveram estreitamente ligados às primeiras acendalhas da posterior catástrofe e às primeiras manifestações de franca hostilidade entre a Alemanha e a Inglaterra. Depois das dificuldades que acabamos de assinalar no que toca à posição internacional da Inglaterra, não é difícil de concluir que a Inglaterra não tencionava, de maneira nenhuma, ver ainda mais agravadas as suas relações com a Alemanha.

Acresce que a Alemanha foi, até dado momento, um dos maiores e mais lucrativos mercados para as exportações inglesas.

Se não considerarmos as exportações britânicas para as colônias e domínios, o primeiro lugar entre as potências que importavam mercadorias inglesas, nas nona e décima décadas do século XIX, era ocupado pelos Estados Unidos da América do Norte, correspondendo o segundo lugar à Alemanha e o terceiro à França. Calcula-se que, em termos médios, ao longo de dez anos (1885-1895), a Inglaterra exportara assim, anualmente, as suas mercadorias:

|                |              |
|----------------|--------------|
| Estados Unidos | 34.200.000 £ |
| Alemanha       | 26.600.000 £ |
| França         | 22.000.000 £ |

Estes dados, obtidos a partir das estatísticas oficiais inglesas, deram pretexto a que o partido liberal, ainda antes da segunda metade do último decênio desse século, promovesse uma campanha contra a animosidade para com a Alemanha, hostilidade essa que já surgira e estava a crescer no meio comercial e industrial.

Durante toda a nona década a Inglaterra mostrou-se extremamente solícita nas suas relações com a Alemanha e, em 1890, cedeu-lhe as ilhas do arquipélago de Heligoland, em troca da renúncia das pretensões alemãs no Uganda, Quênia (incluindo a cedência do protetorado de Vitu) e Zanzibar, o que foi celebrado na Alemanha como uma vitória germânica e um motivo de festa nacional.

Não obstante os deveras alarmantes relatórios secretos dos seus cônsules, que se multiplicavam de ano para ano, e apesar de tal realidade haver sido claramente evidenciada nos jornais por artigos de viajantes, comerciantes e industriais, o ministério dos Negócios Estrangeiros britânico continuava a recusar-se a ver na Alemanha uma potência comercial cuja concorrência já se tornara molesta, de forma bem visível, ao desalojar e limitar as vendas dos produtos ingleses. Quando, em Junho de 1895, ao gabinete liberal de Lorde Rosebery se substituiu o governo conservador do Marquês de Salisbury, foi a Joseph Chamberlain, ferrenho partidário dum acordo com a Alemanha, que entregaram a pasta das colônias, sendo, além disso, o próprio chefe de governo, o velho Salisbury, sumamente favorável à Alemanha. Resumindo: à época, a situação da Inglaterra no mundo era tal que consideravam ser mais cômodo e conveniente não levar em linha de conta, até à derradeira possibilidade, o fato de se encontrarem perante um novo adversário. Porém este, por si próprio, fazia ver que existia. E foi exatamente isso o que ele fez ao aproveitar a questão dos boers, já agudizada ao extremo nos meados da última década do século.

As duas repúblicas “camponesas” – Transvaal e Orange – já tinham estado sob ameaça nos finais dos anos setenta. O conflito contra elas desencadeado em 1877 por Lorde Beaconsfield (Disraeli), terminou-o Gladstone em 1881 com um resultado desastroso para os ingleses. No entanto, houvesse a guerra continuado mais uns quantos anos, ao invés de se deter, e o destino dos boers teria sido selado vinte anos mais cedo do que realmente aconteceu. De qualquer modo, não havia para eles salvação possível. Eram um punhado de agricultores holandeses que apenas se podiam valer dos seus vastos territórios, das suas matas cerradas e dos seus desertos, não podendo contar com ajuda efetiva da parte de quem quer que fosse. Os boers salvaram-se, nesse ano de 1881, porque Gladstone não tencionava combater simultaneamente no Egito e na África do Sul. E dado que para os ingleses o Egito e a Irlanda assumiam maior importância, houve que abandonar (aos boers), por algum tempo, aqueles territórios da África do Sul.

Pelos meados da nona década, a descoberta de jazidas de ouro no Transvaal impeliu para esta região uma enorme turba de colonos e aventureiros. O Transvaal transformou-se assim numa presa muito mais valiosa do que aquilo que anteriormente aparentara ser. Todavia, apresentavam-se ainda outras circunstâncias que atraíram de forma redobrada a atenção do governo britânico para as duas repúblicas boers.

A partir de 1881, após o termo da primeira guerra anglo-boer, eram muitas as mudanças que haviam ocorrido no continente africano. A Alemanha estabelecera-se solidamente nas regiões sudoeste e oriental da África, apoderando-se, em ambas essas zonas, de territórios que não sendo de primeira ordem no campo econômico, eram no entanto muito extensos. A França tinha conseguido criar ali um grande império colonial, parte dele no norte do continente (acrescentando Túnis à Argélia), e a outra parte na zona central. A insurreição madista no Sudão e no Egito Superior, que era diretamente dirigida contra os ingleses e alcançara, na primeira metade dos anos oitenta, enormes êxitos, não tinha sido sufocada, encontrando-se a cidade de Kartum ainda em poder dos sublevados. E, por último, a Itália dera toda uma série de passos no sentido da conquista de vastos territórios na África Oriental. Perante tais desenvolvimentos, Chamberlain, o responsável pelas colônias, propôs-se, como objectivo urgente, consolidar a influência e o poderio ingleses em África, com a ampliação dos domínios do Império e, algo mais tarde, também a unificação das possessões inglesas do Norte e do Sul do continente, formando uma faixa contínua de domínios britânicos que, ulteriormente, seriam ligados por uma via-férrea entre O Cairo e Cape Town (Cidade do Cabo).

Deste modo, a conquista de ambas as repúblicas boers foi posta na ordem do dia. Como já acima se referiu, a partir de Junho de 1895, quando com a queda do gabinete liberal de Lorde Rosebery os conservadores, encabeçados pelo Marquês de Salisbury, se apossaram do poder, a pasta das colônias passou às mãos de Joseph Chamberlain. Este homem veio ocupar uma posição preponderante na política britânica já relativamente tarde na vida, aos sessenta anos de idade, mas a sua carreira pública tinha-se iniciado há mais de vinte anos atrás, na cidade de Birmingham, havendo ali assumido um destacado papel na atividade municipal e sido eleito mayor em 1873. A partir de 1876, e durante os anos oitenta e noventa, também fora sucessivamente eleito como representante ao parlamento.

A ideologia política de Chamberlain pode ser caracterizada da seguinte maneira: o Estado, além de poder intervir nas relações entre operários e empresários, está obrigado a fazê-lo, tendo a legislação fabril

de ser dirigida decididamente no sentido da defesa dos interesses dos trabalhadores; para esse mesmo objectivo não-de estar orientados os serviços básicos municipais; os salários, a duração das jornadas de trabalho, bem como todas as demais condições de vida da classe operária devem levar a que esta, no seu conjunto, se sinta direta e imediatamente interessada na conservação e desenvolvimento do Império Britânico; só através da posse de mercados de matérias-primas baratas e de vastos mercados de vendas se estaria em condições de assegurar na indústria inglesa, tanto aos empresários como aos operários, uma “partilha dos lucros” sem confrontos de maior entre as duas classes. Por outras palavras, Chamberlain não acreditava, ou simulava não acreditar, que fosse possível dar-se um agudo recrudescimento da luta de classes enquanto a atividade industrial inglesa continuasse a desenvolver-se na base da exploração económica de todo o Império Britânico e estivesse assente no seu enorme poderio político e influência sobre o resto do mundo.

A. Filon e outros defensores do manchesterismo eram propensos a identificar as ideias de Chamberlain com o “socialismo de Estado”. O que é, logo à partida, um absurdo. Mais correto será afirmar que o fundamento das suas concepções residia no vínculo indissolúvel, logicamente necessário, entre o seu modo de conceber a questão operária e a sua posição, explícita e absolutamente assumida, de defensor do imperialismo britânico. Em substância, para Chamberlain, a classe operária é um inimigo que se torna necessário travar, de tempos a tempos, pelo recurso a hábeis manobras táticas. Este fundamento do seu ideal político levou-o, por exemplo, entre 1880 e 1885, a entrar em grave conflito com Gladstone a propósito da questão irlandesa: Chamberlain (que no gabinete de Gladstone detinha a pasta do Comércio), considerava que era preciso chegar, por todos os meios, à solução da questão agrária na Irlanda, mas recusava, de modo categórico, toda e qualquer ideia de autonomia, mais ou menos ampla que fosse, para esse país. Em 1886 rompeu bruscamente com Gladstone quando este apresentou, na Câmara dos Comuns, uma proposta de lei sobre a autonomia da Irlanda, e, juntamente com Hartington, encabeçou o chamado partido liberal-unionista, que desde os seus inícios nunca mais deixaria de apoiar os conservadores. Todavia, ao mesmo tempo, Chamberlain continuou a insistir na necessidade duma ampla legislação operária, contribuindo, de forma ativa, para a criação da lei das fábricas de 1891.

Foi, pois, este o político a quem, em Junho de 1895, Lorde Salisbury teve de fazer a proposta de ocupar o cargo de ministro das colónias no gabinete conservador que se acabava de formar. Logo desde os primeiros dias, Chamberlain converteu-se na alma do governo, deixando muito para trás a todos os demais membros, inclusive o primeiro-ministro. Considerou, como problema prioritário da política britânica, a destruição das duas repúblicas dos boers, e esta questão ganhou a seus olhos especial importância depois que chegaram rumores às autoridades britânicas da Colónia do Cabo (*Cape Colony*) acerca dumas supostas conversações secretas, que teriam começado a realizar-se já em Janeiro de 1895, entre o chefe da vizinha colónia alemã (no sudoeste da África) e a república do Transvaal.

Como pretexto para a hostilidade diplomática e, mais tarde, a guerra, valeu a reclamação inglesa de que os *uitlanders*, os novos imigrantes no Transvaal, deviam obter todos os direitos constitucionais como cidadãos desta república. O presidente do Transvaal, Kruger, opôs-se, temendo que essa equiparação de direitos pudesse levar, não apenas de fato mas também de jure, à anexação do Transvaal pela Inglaterra. Não era possível qualquer outra solução.

A primeira tentativa de conquistar o Transvaal pelo meio das armas efetuou-se em Dezembro de 1895. O doutor Jameson – fervente colonialista e fanático partidário da ideia duma “África do Sul britânica”, um amigo e colaborador de Cecil Rhodes, este último, o conquistador e colonizador de extensos territórios a norte da Colónia do Cabo – reuniu um destacamento composto em parte por voluntários, e com esta força, nos finais de Dezembro de 1895, a partir de Pitsani, no vizinho protetorado de Bechuanaland, invadiu as regiões limítrofes do Transvaal; simultaneamente, deveria estalar uma sublevação em Joanesburgo, com uma predominante população de *uitlanders*. A aventura terminou no mais rotundo fracasso: os boers derrotaram a tropa invasora e aprisionaram a maioria dos que a integravam, entre eles, o próprio Jameson.

Dá-se, precisamente então, o primeiro incidente revelador de que a rivalidade económica entre a Inglaterra e a Alemanha se começara a transformar em hostilidade aberta e manifesta. A Europa pôde ler, com espanto, a 4 de Janeiro de 1896, o texto do telegrama, despachado na véspera de Berlim, no qual o imperador Guilherme felicitava o presidente Kruger pela vitória obtida, acrescentando que os boers a haviam logrado bastando-se das suas próprias forças para repelir o ataque, sem ter recorrido à ajuda das potências amigas. A alusão era suficientemente clara: a Alemanha tinha prometido proteção aos boers em caso de guerra com a Inglaterra, porquanto, se Guilherme houvesse tido em mente apenas o aventureiro Jameson (Chamberlain apressara-se a negar a este qualquer apoio), as suas palavras a propósito de “potências amigas” não fariam nenhum sentido. E assim foi interpretado o telegrama.

Qual seria de fato o propósito de Guilherme ao enviar esse telegrama de conteúdo manifesta e premeditadamente provocador? É difícil dar resposta a esta pergunta. Mais tarde, quando se tornou evidente todo o dano que tal ato causara à Alemanha, Guilherme – de acordo com o hábito que havia adquirido – tentou alijar as responsabilidades, descarregando-as sobre Adolf Marschall von Bieberstein (o ministro dos Negócios Estrangeiros à época), a conselho do qual enviara o telegrama a Kruger. Mas, na Inglaterra (sobretudo na imprensa chauvinista ao serviço dos interesses da grande indústria e do imperialismo agressivo), qualquer que haja sido o seu propósito, o telegrama de Guilherme foi comentado,

durante muitos meses, da forma mais polêmica e hostil possível.

O ministério conservador, conduzido por Chamberlain, nem sequer pensou em renunciar aos seus projetos a respeito das repúblicas boers, preparando-se, de maneira metódica, para dar o golpe decisivo. No entanto impunha-se, antes disso, levar a termo a aniquilação dos madistas. E disso se encarregou Sir Kitchener a 2 de Setembro de 1898, perto da localidade de Omdurman, após o que o Egito superior e o Sudão ficaram quase totalmente sob o poder dos ingleses. Cerca de duas semanas e meia depois, nesse mesmo mês de Setembro, Kitchener chegou a Fashoda, onde se encontrava o comandante francês Marchand, sobrevivendo então, como já mencionamos, um prolongado e muito acerbo conflito diplomático que apenas foi solucionado de forma definitiva na Primavera de 1899, quando a 21 de Março foi firmada a convenção anglo-francesa que delimitava as possessões de ambas as potências nas regiões dos afluentes do lago Chade e da bacia do Alto Nilo (segundo esta convenção, a influência francesa era completamente eliminada na região do Nilo Superior, mas, em troca, reconhecia-se aos franceses o domínio sobre vastíssimos territórios a oeste dessa região, entre, grosso modo, o Trópico de Câncer e o Equador). Imediatamente após o termo do conflito diplomático com os franceses, Chamberlain de novo fixou a sua atenção no Transvaal. No decurso do Verão e no início do Outono, os exércitos ingleses e o respectivo equipamento de guerra foram sendo transportados da metrópole para a Colônia do Cabo e outros territórios britânicos na fronteira com o Transvaal. A 11 de Outubro de 1899 estalou a guerra.

Esta prolongar-se-ia muito para além do que previam tanto os amigos como os inimigos dos ingleses. Os boers defenderam a sua independência com uma extraordinária bravura e, nos primeiros tempos, alcançaram êxitos notáveis. No decurso dos primeiros meses os ingleses sofreram derrota atrás de derrota. Os boers penetraram nas possessões britânicas, assediando Ladysmith, Mafeking, Kimberley e batendo os ingleses em dois choques de considerável magnitude. Por vezes, durante o Outono e o Inverno de 1899-1900, chegou até a parecer que os ingleses já haviam perdido definitivamente a guerra.

#### **4. TENTATIVAS DE CHAMBERLAIN DE ALCANÇAR UM ACORDO COM A ALEMANHA.**

Estes inesperados sucessos produziram uma enorme impressão na Europa. Na Rússia (nos salões da nobreza moscovita, nas redações dos jornais de direita ou de orientação nacionalista, bem como em alguns outros círculos) acalentou-se, por certo tempo, a ideia duma intervenção diplomática das grandes potências – Rússia, França e Alemanha – a favor dos boers. Mas essa ideia acabou por ser abandonada; além do mais, porque o momento nem sequer era propício a que fosse tomada seriamente em conta a sua efetivação (ainda que a diplomacia russa haja ensaiado, em 1900 e 1901, alguns passos sub-reptícios nesse sentido). Oito anos mais tarde, Guilherme confirmaria, numa entrevista concedida ao correspondente do diário *The Daily Telegraph*, que lhe tinham sido feitas propostas (da parte da Rússia e da França) para uma intervenção conjunta em apoio dos boers, e que só devido ao seu desacordo o projecto não vingara. Fosse como fosse, o certo é que não houve intervenção.

Porém, em Inglaterra, estavam a par tanto desses intentos como das razões que os animavam. E foi então que Chamberlain se decidiu a renovar o plano para o qual já se inclinara em 1897; pretenderia com a repetição da jogada, desde logo, resguardar a Inglaterra de qualquer surpresa desagradável ainda antes de terminada a guerra contra os boers: e propôs assim de novo, à Alemanha, que esta celebrasse uma aliança com a Inglaterra.

Os pormenores do assunto só foram conhecidos há relativamente pouco tempo [na época em que o autor escreve], graças aos documentos publicados na coleção *“Die grosse Politik der europäischen Kabinette”* e ao livro do então secretário da embaixada alemã em Londres, von Eckardstein, cujas revelações provocaram viva agitação quer na imprensa alemã quer na literatura especializada. O próprio Eckardstein e muitos outros publicistas germânicos consideram que o imperador Guilherme e o futuro chanceler von Bülow, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, cometeram o mais nefasto dos erros ao recusar a proposta inglesa. O que não haveria conseguido a Alemanha – dizem esses autores – se tivesse gozado do apoio da Inglaterra! Não só se tornava inconcebível a catástrofe de 1818 como, mais ainda, a própria guerra nem sequer haveria sido necessária: a Alemanha teria obtido as possessões e as possibilidades económicas capazes de lhe garantir o cabal e pleno desenvolvimento. Inversamente, há quem sustente que a proposta de Chamberlain era, em si mesma, irrealista e impraticável, ou então que teria arrastado a Alemanha para uma guerra contra a Rússia e a França; numa Europa em guerra, a Inglaterra jogaria o papel de árbitro máximo sem tomar em linha de conta a sua aliança com a Alemanha e, no momento decisivo, não permitiria que esta recolhesse os frutos da vitória. Tal era o teor, em linhas gerais, dos dois juízos que se fizeram acerca da proposta de Chamberlain.

Há a reconhecer, desde logo, que Chamberlain, caso a Alemanha houvesse aceite a sua proposta, teria ganho uma vantagem imediata: a Rússia e a França, no que toca aos seus hipotéticos planos de atacar a Inglaterra, ficariam paralisadas. E não só se assegurava à Inglaterra uma absoluta liberdade de ação na África do Sul, onde ainda não terminara a guerra contra os boers, como, no que diz respeito ao Novo Mundo, o governo britânico passaria a poder atuar duma forma mais segura. Acontece que, precisamente à época, as ações do governo dos Estados Unidos com vista à abertura do canal do Panamá

eram seguidas na Inglaterra com grande desconfiança e inquietação. A potência norte-americana pretendia que o futuro canal ficasse na sua posse exclusiva, e todas as tentativas da Inglaterra para se assegurar alguns direitos positivos, por mínimos que fossem, em relação à nova via, deparavam com a mais tenaz das resistências. Por fim, também os acontecimentos na China, onde a Rússia passara a desempenhar um papel cada vez mais ativo, obrigavam a Inglaterra a buscar uma saída para a sua situação de completo isolamento na cena internacional.

Se deste modo, e naquele tempo, a aliança com a Alemanha só poderia vir a trazer vantagens à Inglaterra, já ao invés, para a Alemanha, a questão se afigurava bem mais complicada. É certo que, ao dar conhecimento das primeiras propostas inglesas ao czar Nicolau II (Berlim, 30 de Maio de 1898), Guilherme II tratou de apresentar o assunto de modo a fazer crer que a aliança com a Inglaterra abriria ante o povo alemão as mais radiosas perspectivas. Mas, com isso, Guilherme apenas procurava inteirar-se das compensações com que a Alemanha poderia contar, da parte da Rússia, caso supostamente pretendesse, em nome da “tradicional” amizade para com esta última, recusar a proposta dos ingleses. A própria intenção em si é reveladora dum traço característico de Guilherme: uma exagerada fé no grau de ingenuidade que supunha existir naqueles com que estava a negociar. Quanto à primeira questão, a das intenções alemãs, o Kaiser apenas tinha escrito essa carta quando já se havia firmemente resolvido a não aceitar a aliança com a Inglaterra, e em segundo lugar, no que respeita ao seu erro de cálculo, porquanto também na Rússia se asseguravam, do mesmo passo, que naquele momento a Alemanha não se prestaria, de forma alguma, a celebrar uma aliança com a Inglaterra (e isto precisamente porque Guilherme tinha podido escrever aquela carta).

Com efeito, tanto Guilherme como o seu futuro chanceler von Bülow já haviam decidido responder negativamente à proposta de aliança com a Inglaterra, e decidiram-no, ao que parece, sem sequer titubear. Essa aliança transformaria inevitavelmente a Alemanha num “soldado da Inglaterra no continente”, tornando-se a guerra contra a Rússia e a França uma mera questão de tempo. Além de que o próprio momento para o desencadear da guerra passava a depender, daí em diante, não da Alemanha, mas sim da Inglaterra. Quanto ao peso do conflito, este recairia quase por completo sobre os alemães, guiando-se a Inglaterra, após a refrega, ao papel de árbitro e de juiz supremo sobre todas as potências dum continente enfraquecido e dessangrado. E mais ainda: um triunfo decisivo, final, dos alemães sobre a Rússia e a França não seria admitido pela Inglaterra, em cujos cálculos e planos não entrava o excessivo fortalecimento da Alemanha, sua principal competidora econômica.

É claro que, ao criticarem os procedimentos diplomáticos alemães daquela época a partir da perspectiva facultada por toda a história ulterior, se torna fácil aos partidários de Eckardstein afirmar que, na verdade, nada de pior podia ter acontecido à Alemanha do que aquilo por que passou em 1919, e que melhor lhe teria sido fazer a guerra contra a Rússia e a França, com a Inglaterra do seu lado, do que vê-la passar-se para o campo inimigo. Porém, nesses anos de 1899-1901, muito poucos pensavam que uma guerra mundial se aproximava, parecendo, pelo contrário, ser perfeitamente possível adiar-lhe a eclosão. Por isso, durante aqueles anos, Guilherme pôde abrigar ideias a respeito da formação duma aliança de todas as grandes potências continentais contra a Inglaterra, entrando, desse modo, o seu programa de política exterior diretamente em choque com os planos de Chamberlain. Resta ainda dizer que uma parte dos dirigentes da grande burguesia industrial, tal como os partidários das conquistas coloniais, se opuseram decididamente a uma aliança com a Inglaterra, em particular durante o período mais violento da guerra anglo-boer, quando nas mais amplas camadas do povo alemão – na pequena e média burguesia e, inclusive, numa parte da classe operária – se manifestou de forma muita aguda a hostilidade para com a Inglaterra.

O governo alemão não acolheu, portanto, a proposta de Chamberlain. Mas o governo inglês – como já foi dito – não podia nem queria continuar isolado. A negativa alemã empurrava-o para um outro caminho. Porém, para o empreender, era-lhe necessário, imperioso, fazer uma mudança brusca, dar uma súbita volta ao timão, decidindo-se a praticar toda uma série de passos extremamente arriscados e a fazer grandes sacrifícios e esforços extraordinários.